

# **A MOBILIDADE SOCIAL DOS ARRUMADORES DE PELOTAS, RS, Brazil : A TRAJETÓRIA DE UMA CATEGORIA PORTUÁRIA NEGRA<sup>1</sup>**

Marcus Vinicius Spolle<sup>2</sup>

## **RESUMO**

A proposta do artigo é acompanhar a mobilidade social de uma categoria portuária, os arrumadores de Pelotas, que no passado teve prestígio e importância na inclusão do negro no mercado de trabalho e hoje, a partir do processo de modernização dos portos, sofre com a precarização das condições de trabalho. O artigo analisa a dificuldade do negro, da região sul do Rio Grande do Sul, em reconverter capitais sociais que impliquem em uma mobilidade social ascendente.

**Palavras chaves:** mobilidade social; negros; portuários

## **The social mobility of port workers in Pelotas, RS, Brazil: the story of an African-Brazilian category**

## **ABSTRACT**

This paper aims at following the social mobility of a port category, namely the port workers in Pelotas. In the past this group had prestige and led to the inclusion of the African-Brazilian in the market. Nowadays, it is affected by bad work conditions. This paper analyzes the difficulty the African-Brazilian in the south of Rio Grande do Sul state have in order to reconvert social capital that implies ascendant social mobility.

**Key words:** social mobility; Africa-brazilian; port workers

## **1. Introdução**

Este artigo pretende abordar um assunto que tem sido pouco trabalhado nas discussões sobre a questão do desenvolvimento social da região sul do Rio Grande do Sul, que é a participação da população negra no processo de transformação da economia local, através de um estudo de caso feito com uma categoria portuária, os arrumadores de Pelotas, grupo que no passado teve grande importância na inserção do negro no mercado de trabalho.

Historicamente, a região sul registrou um grande número de negros, utilizados pela indústria do charque, durante a escravidão, estudos como os de Fernando Henrique Cardoso e de Beatriz Loner mostram que um grande contingente de trabalhadores permaneceu na região e vai se incorporar ao operariado e às categorias de profissionais ligadas ao porto. Assim, no pós-abolição, o negro não ficou necessariamente excluído do mundo do trabalho.

---

<sup>1</sup> O artigo utiliza a segunda parte da tese do autor: Mobilidade social dos negros no Rio Grande do Sul: os efeitos da discriminação racial nas trajetórias de vida. Porto Alegre: tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFRGS, 2010

<sup>2</sup> Sociólogo (USP), mestrado em Geografia humana (USP) e doutor em Sociologia (UFRGS). E-mail: sociomarcus@yahoo.com.br

As informações sobre o número da população residente no Rio Grande do Sul por cor ou raça do censo do IBGE (Tabela 1), confirmam a existência de um contingente significativo de negros no Estado e, proporcionalmente, em maior número no município de Pelotas.

Tabela 1: população residente por cor ou raça, Pelotas (RS), 2001 e 2006.

Unidade da Federação e Município	Cor ou raça	População residente (Pessoas)		População residente (Percentual)	
		1991	2000	1991	2000
Rio Grande do Sul	<b>Total</b>	9.138.463	10.187.842	100,00	100,00
	<b>Branca</b>	7.942.100	8.817.727	<b>86,91</b>	<b>86,55</b>
	<b>Preta</b>	394.038	527.144	<b>4,31</b>	<b>5,17</b>
	<b>Amarela</b>	4.913	9.656	0,05	0,09
	<b>Parda</b>	766.625	762.365	<b>8,39</b>	<b>7,48</b>
	<b>Indígena</b>	14.481	38.718	0,16	0,38
	<b>Sem declaração</b>	16.306	32.232	0,18	0,32
	<b>Total</b>	291.100	323.158	100	100
Pelotas - RS	<b>Branca</b>	247.580	269.097	85,05	83,27
	<b>Preta</b>	21.648	31.172	<b>7,44</b>	<b>9,65</b>
	<b>Amarela</b>	80	457	0,03	0,14
	<b>Parda</b>	20.980	20.395	<b>7,21</b>	<b>6,31</b>
	<b>Indígena</b>	384	977	0,13	0,3
	<b>Sem declaração</b>	428	1.060	0,15	0,33

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 1991- 2000

No caso de Pelotas, a resistência da incorporação do negro à sociedade de classes e a permanência da marca étnica, que dificulta a sua incorporação no mercado de trabalho, não se efetivou em sua plenitude depois da abolição. Isso pode ser observado no trabalho de Beatriz Loner (1999), quando analisa a formação da classe operária em Pelotas, no período da República Velha. Loner verificou que grande parte da população negra do extremo sul do Estado, advinda das charqueadas, encontrou problemas para garantir a sua inserção na sociedade competitiva, confirmando a permanência da marca em determinados tipos de trabalho.

Mas, apesar das dificuldades, os negros não aceitaram passivamente a discriminação, uma vez que eles foram capazes de imprimir dinâmica à própria vida e de buscar estratégias para se afirmarem enquanto grupo social, mesmo que esse esforço e luta não tivesse tanta visibilidade.

Nas últimas décadas do Império, uma forma utilizada pelos trabalhadores negros para conseguir em integrar-se na sociedade, tais como artesãos e operários qualificados,

era feita através de entidades de amparo e apoio mútuo, que foram criadas para facilitar o acesso a essas profissões.

Nesse período, as principais entidades da sociedade, que apresentavam uma forte presença dos grupos negros, eram as associações mutualistas, que podiam ser vinculadas a categorias profissionais, tais como a Fraternidade Artística, formada por artesãos negros, ou de cunho social, como a Feliz Esperança. A maioria delas foram criadas por volta da década de 1870, período inicial da campanha abolicionista no país. Por fim, havia, ainda, entidades de cunho religioso, católicas, tais como a Irmandade da Santíssima Virgem do Rosário.

Mais tarde, com a abolição e a República, irão surgir entidades mistas, com participação de brancos e negros, ligadas às organizações profissionais tais como a Harmonia dos Artistas, entre outras.

Segundo Lorena Gil e Beatriz Loner (2007), as entidades mutualistas continuaram ainda nesse período a expandir-se, principalmente devido ao seu caráter previdenciário, mas aos poucos ocorreu um deslocamento no sentido do fortalecimento das entidades recreativas, que começaram a ampliar suas atividades e formas, surgindo, assim, ao final da primeira década, as primeiras associações esportivas negras, motivadas pelo segregacionismo no esporte, que as levará, no final da década de 10, a criarem uma federação de futebol, a Liga José do Patrocínio, o que também ocorreu em Porto Alegre e Rio Grande. Em Pelotas, ainda foram criadas as associações culturais e carnavalescas, a maioria em 1917, tais como: *Depois da Chuva*, *o Fica Aí pra Ir Dizendo*, *o Chove Não Molha*, *Está tudo Certo* e *o Quem ri de nós tem paixão*. Havia ainda o Clube negro *Fica Aí pra Ir Dizendo* que era considerado da elite negra, no qual era obrigatório o uso de trajes adequados para frequentá-lo. Para as autoras, a rede associativa formada por essa etnia auxiliava a integração de seus membros na sociedade, em termos de construção de relacionamentos, amizades, relações de compadrio e de oportunidades de emprego e casamento, além da preocupação com a questão educacional, em que algumas entidades ofereciam cursos noturnos para os filhos de seus associados. Nesse sentido, a rede propiciou as oportunidades de reconversão dos capitais sociais, econômicos e, principalmente, simbólicos, para a garantia da mobilidade social dos negros livres, na pós-abolição.

Além disso, para Loner, existia uma dupla militância dos trabalhadores negros em Pelotas: de um lado, nas associações operárias e, de outro, nas associações de raça, vinculadas a atividades recreativas, de representação ou beneficente.

Isso mostra que houve uma inserção inicial de ex-escravos para postos de trabalho considerados próprios de uma classe média insurgente, dado que o trabalho portuário, na época, tinha prestígio social. Os depoimentos coletados em meu estudo sobre os trabalhadores portuários confirmam o reconhecimento desse prestígio social. Alguns arrumadores chegaram a trabalhar no Porto de Pelotas junto à estiva ou tiveram pais ou conhecidos que fazem alusão a um “tempo áureo” da categoria (SPOLLE, 2010).

Em outra declaração de um arrumador há um reforço da importância da profissão de estivador, no período. Afirma que seu pai chegou a trabalhar como estivador e que era uma categoria importante, pois, naquela época, a grande movimentação de cargas do Porto garantia a oferta de serviço. Além disso, era emprego estável e assegurava uma boa aposentadoria. Ele também fala que era só dizer que já tinha trabalhado no porto, para que não precisasse tirar ficha de antecedentes criminais e mostrar que era limpo para conseguir outro emprego.

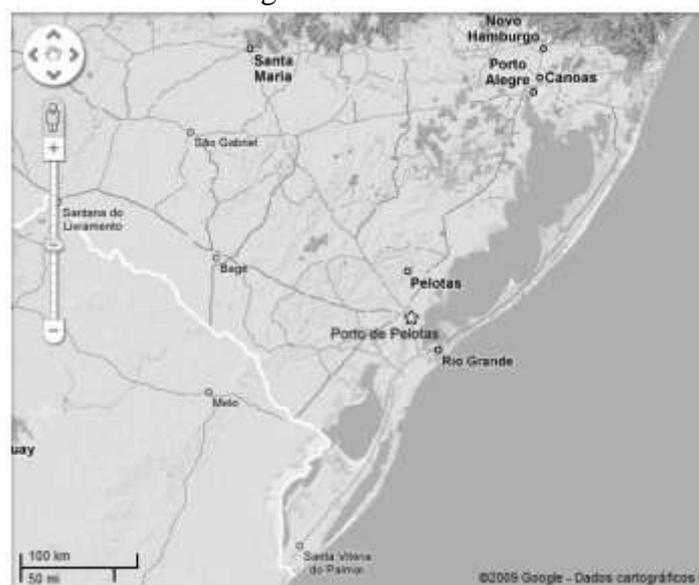
Assim, a importância dos estivadores dá-se por vários fatores, tanto pelo volume de serviço e a constância do trabalho, como pelo reconhecimento das instituições, principalmente a policial, que reputava a ocupação como lícita. Assim, os portuários não eram considerados malandros ou marginais. Além disso, ter passado pelo Porto garantia novas oportunidades para outros serviços.

Porém, o fato de ser uma profissão valorizada, significava também que ingressar na categoria requeria estar dentro das redes de influência e de ajuda mútua, tais como o clube negro ou de futebol. Em um terceiro depoimento, mostra como podia ser frustrante a espera por uma vaga. Conta que seus pais moravam em Canguçu, na região rural e trabalhavam na roça. Seus pais, ao se casarem, abandonaram o campo e vieram para Rio Grande. A mãe passa a trabalhar como doméstica e o pai tenta uma vaga no porto como estivador, sem sucesso. Com o passar do tempo, seu avô, vendo que o pai não conseguia nenhum serviço no porto, veio buscar o casal em Rio Grande e os levou novamente para o campo e voltaram a trabalhar na roça (SPOLLE, 2010, p. 94).

Essa passagem do mundo rural para o urbano, ou do cativo para a condição de liberto, em Pelotas, começa a efetivar-se, no caso do Porto, por volta das décadas de 20 e 30 do século XX, período em que se deu a contratação de trabalhadores da estiva por meio do sindicato. Ficaria, então, a interrogação sobre o destino dos ex-escravos do período da abolição até o início do funcionamento do Porto.

O estabelecimento oficial do Porto pelo Estado só foi efetivado nas primeiras décadas do século XX, com a autorização do governo federal, para exploração comercial do Porto de Pelotas, em 1928 (ver Figuras 1 e 2). As obras de construção foram iniciadas em 1933, com o projeto consistindo, essencialmente, em 464 m de cais de atracação e três armazéns. As primeiras operações de movimentação só foram iniciadas a partir 12 de janeiro de 1940, sob a Administração do Porto de Pelotas. (SUPERINTENDÊNCIA DE PORTOS E HIDROVIAS, 2009).

Figura 1: Porto de Pelotas



Fonte: Google, dados cartográficos, 2009.

Assim, anterior ao nascimento oficial do Porto, surge o Sindicato dos Portuários, ligado aos estivadores, criado como categoria em 03.09.1917. Já em 1919, o Sindicato passa a ter a sede na Liga Operária (LONER, 1998, p. 198).

Os depoimentos coletados em meu trabalho de dois portuários aposentados resgatam a memória da estiva, a partir da década de 50. Segundo os relatos, até o ano de 1952, o Porto de Pelotas contava com cerca de 200 trabalhadores. A atividade ainda era, naquele momento, uma atividade precária, pois os portuários não tinham carteira assinada e nem direitos trabalhistas, porém já eram institucionalmente reconhecidos desde a criação do Sindicato no final da década de dez. No período de 1958, quando finalmente são concluídas as obras de instalação do Porto, os serviços portuários são interrompidos e somente reiniciados em 1967 (SPOLLE, 2010).

Figura 2: vista aérea do Porto de Pelotas



Fonte: SPH

No final da década de 60, no governo de Leonel Brizola, o Sindicato garante estabilidade e assina as carteiras. Eram somente 60 estivadores. A partir desse período, melhoram as condições de trabalho e salariais.

Esses relatos descrevem diversas situações econômicas diferenciadas pela qual o Porto de Pelotas passou, algumas de prosperidade, outras de crise. Nos anos 50, o Porto teve um grande movimento de mercadorias (cimento, açúcar, ferro, etc). Já na década de 60, principalmente depois do golpe de 64, “o movimento caiu a ponto de, no ano de 1965, não ter um navio atracado no cais”. Já na década de 70 a situação volta a melhorar, com o acordo de Integração Nacional e a vinda do Loyde para Pelotas. A partir desse acordo, o Porto passa novamente a movimentar mercadorias. Segundo esses estivadores, até a década de 80, a atividade portuária era digna e garantia certo prestígio.

Outra evidência da importância e do prestígio da categoria pode ser destacada nos depoimentos e, nos dois casos, os estivadores afirmam que puderam proporcionar aos filhos condições de estudar e terminar a universidade.

Além disso, os portuários afirmam que chegaram a ganhar um salário digno, “se comparados aos dias de hoje, corresponderiam a três a quatro salários”, acima de profissões que exigiam o mesmo nível de qualificação (SPOLLE, 2010, p. 94).

Nesse sentido, podemos fazer uma comparação geracional, primeiro entre os entrevistados e seus pais, e depois, com os seus filhos. A primeira geração era de origem rural, trabalhava no campo, a maioria era analfabeta ou só sabia ler e escrever, mas não frequentara escola. Como pode ser observado no depoimento de outro portuário, em que afirma que seu pai era semi-analfabeto e trabalhava como tropeiro guiando as tropas entre Canguçu e Pelotas. Já como estivadores, tiveram a possibilidade de ir a escola e terminar o antigo curso primário.

A sua geração consegue, assim, através da sua profissão, comprar casa em que mora a família, criar e garantir o estudo dos filhos. Nesse caso, a primeira e segunda gerações reconverteram um volume de capital para um deslocamento social transversal. A primeira geração nasce do mundo rural e, em determinado momento, migra para o espaço urbano; já a segunda geração, ou nasce no espaço rural e vem, ainda criança, para o espaço urbano, ou nasce já no espaço urbano, o que possibilita frequentar a escola e, mais tarde, exercer profissões vinculadas ao setor de serviço, mas que ainda utilizam o trabalho manual, como os portuários, ou mesmo alfaiates. Com uma renda maior que seus pais e mais constante, passam a frequentar clubes e associações negras em que reproduzem as atitudes da classe média branca, e investem na educação de seus filhos.

A terceira geração tem a possibilidade de chegar ao ensino superior e passa a exercer atividades no setor de serviço, não manual, ou como trabalhador liberal (SPOLLE, 2010, p. 95)

A partir do final da década de 80, além dos estivadores, passa também a atuar no Porto de Pelotas a categoria dos arrumadores, responsáveis pelo carregamento de mercadorias fora das embarcações.

Com o processo de modernização dos portos, nos anos 90, o movimento do Porto de Pelotas diminuiu drasticamente, obrigando os arrumadores a prestarem serviço precário na indústria do arroz, em que esses trabalhadores ocupam postos de trabalho totalmente desqualificados, o que vai diferenciar na trajetória e nas estratégias de reprodução de classe, se comparados aos estivadores.

Essa transformação vai impactar a questão do prestígio dessa atividade profissional, que ira fortalecer a visão de uma profissão precária e terceirizada, e de que forma ela perdeu a importância econômica e social dos estivadores no início do século XX. Dessa forma, é necessário analisar no próximo capítulo, como os arrumadores, diferentemente dos estivadores, não conseguiram reconverter, nem de maneira vertical ou transversal, o seu capital social, para conseguir mobilidade na estrutura social para si ou para os seus filhos.

Ao observar a trajetória dos trabalhadores estivadores portuários de Pelotas, nos meados do século XX, e analisar as formas de reconversão social que implicaram no prestígio da categoria e na possibilidade de ascensão social de seus herdeiros, possibilitou a comparação da trajetória de outra categoria dos portuários, a dos arrumadores de Pelotas que, por diferentes fatores, não tiveram a mesma possibilidade

de ascensão social que tiveram os estivadores no período anterior. Dessa maneira podemos comparar, por analogia, a inserção dos estivadores, no passado, no mercado de trabalho, com as formas pela qual os arrumadores se inserem hoje, focando, principalmente, nas transformações do mercado de trabalho a partir da modernização dos portos, observando as consequências da precarização do trabalho para a categoria. Além disso, avaliar a lógica das estratégias de reconversão social que resultaram na fraca mobilidade social da categoria e de seus herdeiros. Para tanto, utilizarei onze depoimentos de arrumadores, além dos dados cadastrais da categoria, levantada na segunda parte de minha tese (SPOLLE, 2010).

## **2. A formação e características sócio-econômicas dos trabalhadores vinculados ao sindicato dos arrumadores de Pelotas**

O Sindicato dos trabalhadores no comércio armazenador, ou Arrumadores de Pelotas nasceu vinculado às atividades de estiva dos portos, que utilizavam mão de obra desqualificada e barata para o trabalho braçal de carga e descarga de navios. Mas, com a modernização do setor, em razão da obrigatoriedade da adequação à Lei Federal nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, ocorreu uma substancial mudança: a lei propôs a formação de um órgão composto de empresas e trabalhadores, denominado Órgão de Gestão de Mão de Obra - OGMO, que deu competência para administrar e gerir um cadastro de trabalhadores avulsos. Esse processo teve um impacto na organização dos trabalhadores portuários, pois a estiva e os arrumadores foram praticamente extintos e substituídos por guindastes e máquinas, que necessitam de mão de obra qualificada para operá-los.

A modernização portuária implicou em uma transformação no serviço prestado pela categoria dos arrumadores, principalmente os trabalhadores de Pelotas que, por estarem vinculados a um porto secundário e quase desativado, foram obrigados a redirecionar suas atividades para outros setores de serviços não portuários, mas igualmente desqualificados e relacionados ao esforço físico.

Segundo depoimento do presidente da categoria dos arrumadores de Pelotas, o sindicato existia desde 1972, mas a sua sede era em Porto Alegre e com uma representação, através de uma delegacia, em Pelotas. Porém, em 1978, houve a separação e a fundação do sindicato dos trabalhadores no comércio armazenador, ou Arrumadores de Pelotas, com a sede ainda na antiga associação de estivadores e sofreu, a partir da segunda metade dos anos 90, um processo de terceirização e flexibilização do

trabalho, passando a prestar serviços, principalmente, à indústria arroseira da região, atuando nos setores de sacaria e limpeza dos silos. Os arrumadores são encarregados de serviços braçais tais como: empilhamento de sacas; recolhimento de resíduos do processo produtivo; limpeza dos silos, cuja periculosidade apresenta um alto índice de acidente de trabalho; além de outros serviços desqualificados e perigosos.

O relato do representante da empresa que contrata os serviços dos arrumadores reforça que os mesmos são contratados para o serviço bruto e braçal, mas salienta que esse bruto tem uma técnica: para fazer uma pilha de sacos, exige conhecimento, uma engenharia, é trabalho artesanal. Além disso, afirma que os arrumadores têm de ter um perfil que aguente trabalhar em ambientes agressivos e o local da indústria onde eles trabalham no embarque e desembarque dos caminhões é chamado de estiva, sinônimo de esforço físico, apesar de a empresa não ser ligada ao Porto.

Apesar de se autodenominar sindicato, na verdade, juridicamente, constitui-se como uma associação de trabalhadores avulsos, com um presidente, eleito por seus membros a cada três anos e funciona como uma agenciadora de mão de obra avulsa. Essa característica de fragilidade em relação à organização dos arrumadores foi também confirmada nos depoimentos do representante da indústria arroseira, responsável pela contratação dos arrumadores. Ele afirma que, além do sindicato, alguns trabalhadores ligados à associação montam pequenas “empresas” familiares e de amigos, o que acirra a concorrência ao sindicato.

A contratação dos trabalhadores avulsos é semanal, por ordem de chamada, ou seja, pelo número de inscrição. Para isso, todos possuem uma ficha com os dados cadastrais, organizada pelo sindicato.

Na ficha constam as seguintes informações: nome, data de nascimento, origem, endereço, escolaridade, cor, estado civil, número de filhos e data de entrada no sindicato. Além disso, são registrados todos os serviços agenciados no mês para efeito de pagamento pelos serviços prestados.

Cabe ressaltar que, para este estudo, foram escolhidas, nas fichas dos sindicalizados, as seguintes variáveis: cor, escolaridade, idade, tempo de sindicato, procedência, estado civil e número de filhos.

Os dados cadastrais estão por ordem de filiação, o que soma mais de 1.000 inscritos, número de sindicalizados desde o surgimento do sindicato; porém, para efeito da pesquisa, só foram contabilizadas as fichas dos sindicalizados que ainda geravam folha de pagamento, ficando de fora as fichas mais antigas e os sindicalizados mais

recentes que tinham somente a inscrição, mas quase não geraram folha. Tal procedimento contabilizou um total de 78 trabalhadores, o que significa o universo total da amostra desta parte da pesquisa.

Uma das variáveis a ser quantificada foi cor ou raça do trabalhador, informação que consta na ficha. A variável cor faz parte do formulário cadastral do sindicato e o critério de classificação é feito por autoatribuição dos respondentes.

Da totalidade das fichas dos trabalhadores pesquisados, 78% foi caracterizada dentro da categoria negra (50% pretos e 28% pardos). Assim, há uma predominância do grupo de cor preto, nessa atividade. Apesar desta pesquisa trabalhar com o mesmo critério do IBGE, de raça e cor, optou-se pela utilização da variável racial negra, na soma dos grupos pretos e pardos. Assim, é possível classificá-los como uma categoria profissional racializada.

As categorias preto e pardo são muito próximas, em termos estatísticos, o que dificulta a sua diferenciação. Assim, foi empregado o mesmo critério de Rafael Osório (2003).

Essa dimensão da cor no mundo do trabalho muitas vezes foi desprezada em razão de outros fatores, considerados mais importantes para explicar a pobreza no Brasil e, no caso mais específico, do não desenvolvimento do extremo sul do Rio Grande do Sul.

Essa grande quantidade de pretos e pardos concentrados em uma só categoria profissional, como a dos arrumadores, tem a sua origem no fato de a região sul do Rio Grande do Sul ter concentrado um grande contingente de negros, no século XIX, em função da economia charqueadora, inseridos no Estado ainda no período escravocrata (CARDOSO, 2003). Parte desse contingente foi incluída no mercado de trabalho no período pós-abolicionista.

Como Já foi discutida anteriormente, a passagem da mão de obra escrava para a livre na região, apontou o setor portuário como uma das atividades que inseriram o negro no mercado de trabalho livre.

Considerando que, em Pelotas, essa categoria manteve-se, apesar da desativação da estiva, de que forma poder-se-ia analisar essa passagem, uma vez que a estiva, recentemente, era uma categoria de luta e resistência no meio sindical?

Como prestadores de serviço, os Arrumadores de Pelotas também são tratados de maneira diferenciada em relação aos trabalhadores formais. De certa maneira, quando se imagina o espaço produtivo do processamento de arroz, não aparece o encarregado de varrer a casca do chão, de limpar o silo, ou de manter o espaço

arrumado. Esses trabalhadores acabam sendo invisíveis, porque, no esquema de produção, seu trabalho é classificado como precário e desqualificado.

Como foi confirmado nas análises quantitativas para o Estado do Rio Grande do Sul (SPOLLE, 2010), em termos estatísticos, os indivíduos do mesmo estrato e origem social, mas de grupos raciais diferentes, enfrentam formas diferenciadas de mobilidade social, ou seja, pretos e pardos têm maior dificuldade no processo de ascensão social do que os brancos, principalmente nos estratos mais elevados da hierarquia social.

Isso põe em questão a tese de que as desigualdades entre brancos e negros seriam derivadas das heranças acumuladas pela escravidão. Quando Hasenbalg (2005) discute a questão do poder explicativo temporal da escravidão para a manutenção da ordem social dos não brancos.

Hasenbalg ressalta as relações estruturais em que a questão étnica pode ser um componente a mais nessa exclusão do mercado. Essas mudanças no mundo do trabalho sobre a categoria dos portuários implicam também em transformações na questão da identidade racial. Se, no início do século XX, a incorporação do negro na sociedade pelotense estava associada às lutas sindicais e a participação nos clubes, bibliotecas e sociedades musicais, o que garantia de certo *status* na sociedade pelotense, essa visibilidade social associada à cor no passado, transformou-se em invisibilidade do trabalhador sem identidade, nos silos da indústria arroseira, sem direitos, terceirizado e precário no presente.

Após um século, o desenvolvimento econômico não resultou no fim das desigualdades sociais e raciais, pois elas permanecem cada vez mais intensas e inalteradas. Assim, investigou-se a trajetória dos trabalhadores braçais do setor portuário e seus sucessores, no sentido de averiguar as estratégias de reconversão de capital social familiar. O capital social familiar, conceito definido por Coleman (1988), consiste em alguns aspectos na estrutura social que facilitam a ação do indivíduo dentro dessa estrutura em termos de ascensão. Esse capital é resultante da relação entre pai e filho, na assistência dada pelo pai ao filho, enquanto estrutura de capital econômico, na forma de renda e de capital cultural, esse último, enquanto bens simbólicos e práticas culturais que reproduzem ou legitima a posição de classe do indivíduo. A forma como os capitais são utilizados e conduzidos nessa relação intergeracional é que define a posição de classe em que se encontram e dá a entender a ausência de mobilidade a partir de certo ponto da estrutura social.

### 3. Trajetórias de vida dos Arrumadores de Pelotas e a questão da reconversão dos capitais sociais

A existência de uma linha de impedimento ou barreira, apontada na PNAD 96, para pretos e pardos, que quase impossibilita a mobilidade intergeracional às ocupações de prestígio e a tendência de continuidade desse impedimento, permanece até os dias atuais com força no Rio Grande do Sul (SPOLLE, 2010). Porém, somente esta constatação dessa tendência não basta. É necessário aprofundar e entender como essa propensão interfere na vida cotidiana dos indivíduos pesquisados. A análise da trajetória de vida possibilita trabalhar, de maneira sincrônica, as variáveis independentes, o que os estudos quantitativos só fazem de maneira linear. Esse conceito permite o acompanhamento de deslocamentos transversais e verticais.

A análise da trajetória da ocupação dos Arrumadores de Pelotas, que tem como característica preponderante a grande quantidade de trabalhadores negros (pretos e pardos), busca caracterizar essa categoria portuária e apontar as diferenças, caso elas existam, com a categoria dos estivadores que, no passado, teve importância fundamental para a inserção do negro na sociedade de classes, percebendo, assim, se existem alterações das reconversões do capital social e econômico, nos diferentes períodos e, caso existam, os motivos das diferenças de prestígio adquirido por uma ou outra categoria.

O conceito de reconversão, desenvolvido por Bourdieu (2007), discute a construção das distinções entre os indivíduos e está vinculado à noção de reprodução de classes enquanto um *“conjunto de práticas, do ponto de vista fenomenológico, bastante diferentes, pelas quais os indivíduos ou as famílias tendem, inconscientemente e conscientemente, a conservar ou aumentar seu patrimônio e, correlativamente, a manter ou melhorar a sua posição na estrutura de classe”* (BOURDIEU, 2007, p. 122).

A partir das estratégias de reprodução, enquanto formas de garantir ou aumentar a posição social do indivíduo, o autor identifica a existência de dois fatores que irão influenciar nas estratégias de reprodução. O volume e estrutura do capital, enquanto reprodução, isto é, a quantidade de capital econômico, cultural e social possuído pelo grupo e o peso na sua estrutura patrimonial; o estado do sistema dos instrumentos de reprodução, que depende da relação de força entre as classes, estratégias que dependem da relação estabelecida entre patrimônio e diferentes instrumentos de reprodução para transmissão desse patrimônio.

Assim, para Bourdieu, a mudança na relação entre o estado dos instrumentos de reprodução, ou no volume ou estrutura do capital na reestruturação das estratégias de reprodução, acaba por significar as chamadas reconversões. A reconversão do “capital detido” é a transformação de uma forma desse capital em outro, que garante a “transformação da estrutura patrimonial”.

Essas transformações resultam em deslocamentos sociais, que podem se manifestar em dois sentidos: vertical ou transversal. O deslocamento vertical está vinculado a uma modificação do volume na espécie de capital já dominante dentro da estrutura patrimonial, que se resume em um deslocamento na estrutura da distribuição do volume global de capital, esse deslocamento só se dá nos limites de um campo específico. Já o deslocamento transversal significa a passagem de um campo para outro e, nessa passagem, acontecem as reconversões, resultando na transformação de um capital em outro.

A partir desse conceito, a análise de estudos de caso dos trabalhadores vinculados ao Sindicato dos Arrumadores de Pelotas permite perscrutar ângulos do processo de mobilidade social e os efeitos da discriminação. Para isso, foram entrevistados onze trabalhadores vinculados ao Sindicato dos Arrumadores de Pelotas.

As entrevistas foram feitas a partir de um roteiro previamente estruturado, dividido em três partes: identificação do entrevistado, trajetória de vida e discriminação racial.

Analisando os depoimentos dos arrumadores sobre a sua trajetória de vida, foi possível observar algumas regularidades em suas trajetórias em termos de deslocamentos sociais. O roteiro da entrevista permitiu acompanhar três gerações de vida dos arrumadores: a primeira, de seus pais, em que narram a origem da família, profissão e escolaridade, mudança de emprego ou cidade e possíveis transformações do padrão de vida do pai e da mãe; a segunda geração corresponde à trajetória de vida do entrevistado, de seus irmãos e da esposa, quando tiver, com informações sobre a escolaridade e profissão de cada membro da família, além disso, descrevem as diferentes ocupações e locais de trabalho do entrevistado, até chegar à situação de arrumador; e, por fim, a terceira geração, que interpela sobre a escolaridade e profissão dos filhos, se tiverem, e as dimensões correspondentes das diferentes trajetórias.

A sistematização dos depoimentos configurou três tipos de regularidades de trajetórias para os arrumadores, respeitando as diversidades das trajetórias que não se

conformam exatamente ao tipo identificado, porém, há características que podem formatar o percurso individual em um recorrente, que será apresentado a seguir:

### **3.1. Trajetória rural-urbana**

O primeiro padrão de trajetória social dos Arrumadores de Pelotas pode ser identificado como rural-urbana. Quatro dos onze entrevistados apresentaram esse percurso, que consiste, na primeira geração (pai e mãe), em ser originária do meio rural, com baixo nível ou nenhuma escolaridade e desenvolver a atividade pecuária ou agrícola sempre vinculada à cultura do arroz, seja no plantio ou no beneficiamento.

A segunda geração é geralmente formada por um grande número de irmãos, que completaram a 4ª Série primária ou no máximo o Ensino Fundamental. Na infância, ajudaram os pais na atividade agrícola e entre a adolescência e a maioridade mudam-se para uma cidade, ainda de característica rural, vinculada à rizicultura, com frequência Santa Vitoria do Palmar, momento importante em que esse trabalhador é inserido na rede do arroz, que tem a sua teia vinculada ao Sindicato dos Arrumadores de Pelotas.

A maioria é o momento que costuma marcar a vinda para a cidade, onde a única possibilidade disponível acaba sendo o Sindicato dos Arrumadores. Isso dá-se em razão de possuírem pouca escolaridade e praticamente nenhuma qualificação e o sindicato agenciar trabalhos braçais sem a exigência de qualificação profissional. Assim, as estratégias de reconversão do capital social, cultural ou mesmo econômico ficam reduzidas à rede do arroz, seja rural ou urbana.

Quando Bourdieu (2007) define deslocamento transversal, essa passagem do trabalho de origem rural para as profissões urbanas poderia ser classificada dentro da categoria de deslocamento, pois não seria uma simples mudança no volume de capital, já que se alteram as características do trabalho, e as qualificações exigidas são diferentes. Porém, muitos arrumadores precedem a entrada no Sindicato com o trabalho na granja de arroz. Tudo indica que essa origem insere esse trabalhador em uma rede específica, uma vez que as granjas de arroz e as indústrias beneficiadoras funcionam de forma integrada. Essa trajetória, mesmo tendo uma mobilidade transversal, ela não é tão significativa, pois para esse trabalhador, mesmo saindo da atividade agrícola rural para a situação de prestador de serviço, como trabalhador braçal urbano, existe uma equivalência, já que os dois mundos, urbano e rural, estão dentro da mesma rede.

Em seu trabalho sobre marginalidade e desenvolvimento, Maria Célia Paoli (1974) detém-se em um dos casos de migração que ela denomina a passagem do trabalho rural para o urbano de “socialização antecipada”. Nessa situação, os indivíduos

passam a ter os referenciais de vida urbana como padrão de referência positivo. Assim, os trabalhadores que tiveram um referencial assalariado, passam a perseguir esse ideal, enquanto modo de vida mais compensador. Nesse sentido, a migração não representa uma transição entre mundos sociais opostos e inconciliáveis. No caso dos trabalhadores da granja, por já terem sido assalariados no campo, passam para o mundo urbano sem que isso represente uma quebra em relação às expectativas de continuidade como trabalhador assalariado, ao mesmo tempo em que seu vínculo com a rede arroseira/arrumadores não é quebrada. Para a autora, a mobilidade ocupacional dos migrantes representa o aprendizado das novas funções “urbanas”, desde que elas sejam circunscritas ao trabalho manual. Assim no processo de ressocialização configura-se claramente o objeto de trabalho.

Já a terceira geração, de origem urbana, segue a trajetória do pai: se o filho é homem, vai trabalhar como arrumador ou em alguma categoria prestadora de serviço de trabalho braçal não qualificado, podendo ter, no máximo, um deslocamento vertical, com o aumento do volume de capital, a partir do momento que consegue acumular patrimonialmente; por outro lado, se a filha é mulher, pode também entrar em uma rede similar aos arrumadores, na área de limpeza, como faxineira, como foi observado em uma das entrevistas desse padrão.

Um exemplo que ilustra a força dessa regularidade em sua trajetória em termos de mobilidade social é o caso de JSB.

Os pais de JSB, que estudaram até a 3<sup>a</sup>. Série primária, são naturais de São Lourenço, de origem rural e, ao se casarem, mudaram para Rio Grande. Nessa cidade, enquanto a mãe trabalhava como doméstica, o pai tentava uma vaga no porto; porém, ele não conseguiu a tão almejada colocação. Nisso, o avô de JSB foi buscar o casal em Rio Grande, fazendo-os voltar para a atividade agrícola do arroz em Santa Vitória do Palmar.

Na segunda geração, formada por onze irmãos, a maior parte estudou até a 3<sup>a</sup>, ou no máximo até a 5<sup>a</sup> Série. JSB começou a trabalhar com 13 anos na agricultura de arroz e ficou em Santa Vitória até os 18 anos; depois veio para Pelotas e iniciou as atividades no Sindicato dos Arrumadores de Pelotas, tendo sido um dos fundadores do Sindicato, em 1989. Sua mulher trabalha como doméstica.

JSB tem dois filhos, que moram em Pelotas: um com 26, que já constituiu família, e trabalha com o pai; enquanto a filha, de 22 anos, mora com JSB, cuida da casa e não estuda.

A trajetória de JSB está enquadrada no tipo rural-urbano dos arrumadores, pois ele e os pais são naturais do meio rural com baixa escolaridade. Seus pais até tentaram a vida no meio urbano, que, no entanto, acabou frustrada, já que o pai não conseguiu trabalho no porto como estivador. JSB relata que trabalhava na granja de arroz e, quando migrou para a cidade na adolescência, foi trabalhar em um engenho de arroz. Muitas propriedades rurais também possuem engenhos para beneficiar o arroz. Por isso esses trabalhadores, quando vêm para a cidade, já possuem alguma experiência nesse tipo de trabalho. Daí ser natural o ingresso no Sindicato, que presta serviço às grandes beneficiadoras de arroz de Pelotas.

Nesta pesquisa, classifico essa passagem rural-urbana do trabalhador agricultor da granja para o serviço de arrumador como um deslocamento transversal, pois as dimensões culturais e simbólicas dos capitais adquiridos são diferentes, a ponto de considerar diferenciados. Mas, por outro dado, há equivalências entre as duas ocupações, já que as referências do trabalho ligadas à rizicultura são as mesmas, além da forma de trabalho assalariada. Assim, apesar de uma mudança transversa, não se sai do mesmo patamar. Por isso não há um deslocamento transversal clássico, uma vez que o deslocamento do meio rural para o urbano não representou uma ascensão social. Ao “caírem” nessa teia, eles permanecem imóveis em termos de mobilidade social, e essa teia acaba garantindo a permanência social desses trabalhadores nessa situação de desqualificação e precarização.

Apesar da trajetória de JSB ser a pretendida pelo pai, ela se diferencia qualitativamente. No caso dos pais de JSB, a dificuldade de inserção no mundo portuário não tem relação com a forma pela qual os agricultores vinculados ao arroz são inseridos ao atual mundo dos arrumadores, pois a rede dos portuários, no passado, distingue-se da rede do Sindicato dos Arrumadores no presente, que está mais próximo do agenciamento do que um sindicato. A rede dos portuários foi formada, junto às redes das instituições mutualistas, recreativas e culturais, que garantiam a mobilidade e a inserção desses trabalhadores no mercado de trabalho no início do século.

Conforme analisou Beatriz Loner (1999), o papel de dupla militância, no movimento operário e negro, garantia uma rede que mobilizava, ou tentava garantir a ascensão social do negro. Essa situação é diferente do atual Sindicato dos Arrumadores, que agencia o trabalho desqualificado, não se preocupando com a questão da identidade negra, apesar de a maioria dos sindicalizados se autoreferirem como negros.

### **3.2. Trajetória urbana contínua em conexão com a rede arrozeira**

O segundo tipo de trajetória social dos Arrumadores de Pelotas pode ser identificado como trajetória sempre urbana em conexão com a rede arrozeira.

Três arrumadores entrevistados apresentaram essa trajetória, que se inicia na primeira geração, com pais que são de origem urbana, apresentam baixa escolaridade e exercem profissões um pouco mais qualificadas, no setor de serviços ou mesmo operário, que já têm algum prestígio.

Até por ser oriundo de família urbana, o número de irmãos da segunda geração é inferior ao padrão anterior, em média dois ou três. Em termos de estudos, os irmãos terminam o Ensino Fundamental ou chegam a ter escolaridade acima da 4ª Série primária, mas, em algum momento da vida, param de estudar e começam a exercer profissão vinculada à pouca escolaridade, geralmente trabalho manual, ou podem ingressar como funcionários da prefeitura municipal. Nas três situações, a passagem pela prefeitura, como coletor de lixo ou mesmo como servente de pedreiro, antes de entrar na rede arrozeira, marca o início de uma trajetória de submissão à determinado tipo de trabalho e, de certa forma, significa a impossibilidade de entrar em outra rede que não a do trabalho desqualificado, manual e de esforço físico.

O ingresso no serviço público costuma ter como sistema de seleção, por prova ou concurso público, que caracteriza um mecanismo de recrutamento que não favorece a discriminação racial. Porém, ao mesmo tempo, esse serviço não permite ou estimula a qualificação profissional e acaba sendo um local de imobilidade e de continuidade. Assim, mesmo que não haja nesse grupo a passagem pelo serviço rural, quando saem da prefeitura e ingressarem no Sindicato, já está conformado um quadro de imobilidade.

Nesse padrão, ao atingir a maioridade e sem qualificação depois da passagem pelo serviço público, “caem” na teia arrozeira, somente na faceta urbana, associada aos engenhos de arroz e ao sindicato dos arrumadores.

Mantendo a continuidade das gerações anteriores, a terceira geração tende a manter o caminho do pai, não reconvertendo os capitais sociais dos pais e do avô.

Nesse sentido, a passagem da primeira para a segunda geração, os deslocamentos não são transversais, pois não há na trajetória desses trabalhadores mudança de campo, antes são verticais, pois os filhos diminuem o volume de capitais da geração paterna. Mas se analisarmos a continuidade das trajetórias da segunda para a terceira, não podemos continuar classificando o deslocamento como vertical, já que esse

tipo de mobilidade representa a não modificação de volumes de capitais ou de patrimônio. Assim, esse segundo deslocamento pode ser classificado como uma trajetória de uma mobilidade transversal.

Um exemplo desse padrão pode ser observado na trajetória de JLF, 41 anos.

A primeira geração da família de JLF é natural de Pelotas. O pai, branco, era portuário, trabalhava para o Frigorífico, e só tinha o 1º. Ano primário. A mãe, negra, era operária e trabalhava como safrista na indústria compoteira de Pelotas, tinha pouca escolaridade, só estudou até o 1º. Ano primário.

A segunda geração de JLF nasceu em Pelotas, composta por dois irmãos, sendo que um deles estudou até a 4ª. Série e está desempregado; o outro foi até a 8ª Série e trabalha como técnico em ar condicionado, em Rio Grande. JFL estudou até a 4ª. Série do Primeiro Grau, começou a trabalhar, com 8 anos, como ajudante de pedreiro; depois foi para a prefeitura, como servente de pedreiro, sendo que também trabalhou na Recon, na Weber, na CBL, nessa mesma ocupação. Por fim, está há três anos como arrumador. Sua mulher trabalha como doméstica.

Já a terceira geração é formada por três filhos: um de 6, outro de 9 e o último de 8 anos e todos estudam.

Cabe ressaltar que além do pai JLF ser branco e portuário, a mãe era operária. JLF não consegue reverter a situação inicial, mesmo tendo os pais de ocupações com maior prestígio. Não foi o caso do irmão que conseguiu fazer curso técnico e trabalhar na área. Ainda não é possível dizer nada em relação às trajetórias dos filhos, mas os três estudam.

A profissão de estivador do pai de JLF e mesmo a de operária safrista da indústria compoteira de Pelotas, da mãe, são profissões que têm maior prestígio que a profissão de arrumador, do filho. Apesar das profissões do pai e do filho serem originárias do Porto, houve um declínio social do prestígio da atividade de arrumador em relação à estiva. Essa situação pode ser explicada, primeiramente, pela quase desativação do Porto de Pelotas, que obrigou os arrumadores a procurarem outras demandas para o seu trabalho em outro setor, principalmente como prestador de serviço na indústria. Já a estiva vai ser praticamente extinta no Porto de Pelotas a partir da criação do OGMO. Mostra-se, ainda hoje, vigorosa somente em Rio Grande. Em segundo lugar, um dos fatores que garantiu prestígio aos portuários e estivadores foi a estabilidade que a profissão conseguiu no passado, enquanto o Porto era ligado ao Estado. Essa estabilidade não foi estendida, mais tarde, aos arrumadores, pois na época

em que se oficializa o Sindicato, 1989, também é criado o OGMO, órgão gestor da mão de obra do Porto, que se encarrega de terceirizar a mão de obra. Nesse mesmo período, grande parte da movimentação do Porto de Pelotas é transferida para Rio Grande. Assim, só resta à categoria a prestação de serviço como trabalhador avulso em outros setores da economia pelotense.

Nesse caso apresentado, além de JLF ir para a rede arroteira dentro do urbano, cabe ressaltar a passagem pela prefeitura, não só ele, mas os outros dois casos que estão inseridos nesse padrão.

Dentro desse tipo de trajetória social, há um quarto caso, em que a teia dos arrumadores acaba entrando no caminho desse trabalhador, em que o declínio social é evidente, mas que se difere dos casos anteriores, se for levado em conta as trajetórias de seus irmãos.

A primeira geração da família, composta pelos pais de VF, é natural de Pelotas. O pai estudou Mecânica na Escola técnica Federal, foi para o Rio de Janeiro trabalhar na Marinha, e depois foi para Angra dos Reis, onde trabalhou na indústria naval. A mãe era doméstica, mas faleceu quando os filhos eram pequenos.

VF e mais 4 irmãos formam a segunda geração; são naturais de Pelotas e foram criados pela avó. O pai trabalhava no Rio de Janeiro, enviava dinheiro e vinha uma vez por ano para ver os filhos. Todas as irmãs de VF estudaram e possuem formação técnica: uma é professora, outra é técnica na COPEL (PR), outra, que é professora do Ensino Técnico e, por fim, a última irmã tem loja. VF estudou até a 3ª. Série primária, começou a trabalhar com 12 anos, como ajudante no engenho de arroz (atual JOSAPAR), onde chegou a ser operador de máquinas. Chegou a trabalhar em laboratório químico e, na Olvebra, como montador, dentro da usina de óleo. Depois saiu de Pelotas e foi para POA, trabalhar na montagem de estruturas metálicas. E na sequência mudou-se para Candiota, trabalhou na fábrica de cimento, como operador de máquinas. Teve ainda uma volta para Pelotas, quando trabalhou em empresa de fundição, moldador de peças. Arranjou novamente trabalho fora, foi para Triunfo, onde trabalhou no Polo Petroquímico como carregador de propileno. Só que, nesse período em que trabalhava em Triunfo, morava em Pelotas, porque era casado. Abandonou o trabalho em Triunfo para se fixar definitivamente em Pelotas, quando entrou para o Sindicato dos Arrumadores. Sua esposa é secretária em um consultório médico em Pelotas.

A terceira geração é formada por um filho, que estudou Engenharia Mecânica e trabalha em Passo Fundo.

A trajetória de VF diferencia-se do padrão das três trajetórias observadas anteriormente, pois além do pai nascer no meio urbano, ele estuda e tem uma profissão qualificada e de prestígio. VF é o único dos irmãos que não conseguiu manter a qualificação profissional do pai. VF não estudou, por ser o irmão mais velho, e sentiu mais de perto a morte da mãe e a desestruturação da família, principalmente a separação do pai, que foi para o Rio de Janeiro. Mesmo assim, teve oportunidades de traçar um caminho com uma profissão mais técnica e fora de Pelotas. Mas com o casamento ele volta para Pelotas e acaba por traçar seu caminho nas redes dos Arrumadores. Porém, seu filho reconverte o capital do pai. Isso mostra que, apesar de não ter tido estudo e ser arrumador, VF valorizou o capital cultural herdado de seu pai.

O problema do descenso de VF em relação às trajetórias do pai e dos irmãos pode ser explicado pela sua não participação na rede familiar, que tem por característica a reconversão do capital econômico do pai para o capital educacional e cultural de seus irmãos. Essa exclusão de VF da rede deu-se, provavelmente, por motivo da desestruturação da sua vida a partir da morte da mãe e da ida do pai para o Rio de Janeiro. Assim, como ele mantém o capital cultural herdado do pai, há várias tentativas de entrar em outras redes que garantam a reconversão, mas a sua pouca escolaridade, a não qualificação e a ligação pessoal com Pelotas, pelo casamento, o leva para a teia dos arrumadores. Em seus depoimentos, VF chega a declarar que o Sindicato é quase a sua família:

Eu valorizo o que eu faço. eu valorizo tudo o que eu faço, eu valorizo. E o Sindicato é uma casa que oferece bastante trabalho pra todas as pessoas. Tem serviço pra todo mundo, ninguém fica mal.

Se um amigo meu fala: 'Estou com o filho desempregado', 'manda lá para o Sindicato'. Você tem que esperar umas horas, uns dias, mas o serviço chega. Dá pra gente sobreviver dentro do Sindicato (VF).

Nessa fala de VF é possível perceber que a rede familiar foi substituída pela teia do Sindicato, pois ela dá a segurança que a família não conseguiu dar a ele.

Em seu trabalho sobre a ascensão das classes médias negras de Porto Alegre, Barcellos (1996), analisa a questão do peso da família na mobilidade social ascendente. Esse fenômeno foi observado a partir de depoimento de alguns de seus entrevistados que reclamavam da dificuldade de ter de carregar toda a família junto, assim que conseguem a possibilidade de ascensão. No caso de VF, ele sai de casa e busca

diferentes tipos de profissão, mais qualificadas e fora de Pelotas, porém, quando consegue algum tipo de ascensão, ele já criou uma nova família em Pelotas e essa ascensão é interrompida, como se a nova família dificultasse esse tipo de mobilidade.

### **3.3. Trajetória urbana permeada pela adscrição**

O terceiro tipo de trajetória social dos Arrumadores é composto por trajetórias urbanas permeadas pela adscrição.

Três dos onze entrevistados apresentaram circunstâncias em que a discriminação interferiu na vida desses arrumadores. A primeira geração é de pais de origem urbana ou, como em um caso, apesar de os pais terem naturalidade rural, migram para o meio urbano antes de o filho nascer.

Essa geração teve pouca escolaridade e exerceu profissões pouco qualificadas, ou com alguma qualificação e vinculadas ao esforço físico. No caso da mãe, geralmente é dona de casa ou doméstica. Em um caso, a mãe foi operária, mas, como nos outros exemplos dessa trajetória, a discriminação interferiu diretamente na vida dos entrevistados. Em razão dessas particularidades e da importância desta descrição, optei por relatar a trajetória de vida de cada um deles.

Em dois dos casos, a estruturação da família faz-se a partir de casamentos interraciais, que resultaram na adscrição racial. Segundo Hasenbalg (2005), a adscrição, enquanto conceito, é definida como desvantagem competitiva sofrida do nascimento até a morte. Por isso, o grande problema enfrentado pelos indivíduos da segunda geração é a sua não aceitação, enquanto descendentes de negros, pelo lado branco da família, seja do lado do pai ou da mãe. Esse preconceito operado no interior das famílias, acabou interferindo na autoestima e na perspectivas de lutar na sua trajetória por uma mobilidade ascendente, já que a própria família, ou o mercado, os segregou. Assim, em algum momento da vida, eles pararam de estudar e, frente às decepções pessoais ou na carreira profissional, entram para a rede arroseira, pois as possibilidades de exercer outra atividade mais qualificada está esgotada, só restando uma via - a rede do Sindicato dos Arrumadores, associado aos engenhos de arroz na sua faceta urbana.

O primeiro caso, dentro desse padrão marcado pela adscrição, é o de MDM.

A primeira geração da família, composta pelos pais de MDM, é natural de Pelotas. O pai era taxista, negro, e estudou até a 4ª. Série primária; a mãe, branca, era dona de casa, e terminou o primário. Em determinado momento, ainda na adolescência, o casal se separou e MDM foi morar com o pai.

A segunda geração de MDM também nasceu em Pelotas e é composta por mais dois irmãos: o irmão estudou até a 3ª. Série primária e a irmã até o 1º. Colegial. Já MDM estudou até a 4ª. Série do Primeiro Grau. Por conta da separação, mudou-se para Santa Vitória do Palmar e começou a trabalhar, com 13 anos, na agricultura. Já na maioridade, migrou de volta para Pelotas, trabalhando em uma transportadora como ajudante, e em obras como servente de pedreiro, sempre em serviço braçal; por fim, trabalha como arrumador, desde 2003. É separado, e sua ex-mulher trabalha como doméstica. Não tem filhos.

De qualquer maneira, seja pela separação dos pais ou por problemas raciais, MDM fez o caminho inverso da maioria, saiu da cidade e foi para o campo com 13 anos de idade.

A trajetória de MDM é marcada pela desestruturação familiar, que pode ter sido originada pelo preconceito, pois após a separação foi morar com o pai, pois ele alega ter havido rejeição por parte da família de sua mãe, o que caracterizaria um caso preconceito operando no interior da família. MDM não conseguiu reconverter a situação inicial do pai, principalmente pela desestruturação familiar, saiu cedo de casa, estudou pouco, migrou para o meio rural, deixando as oportunidades de emprego no meio urbano de lado. Quando voltou para o meio urbano, acabou encontrando a rede de arrumadores como o lugar dos iguais e onde ele faz o que gosta, confirmado por seu depoimento:

É um serviço bom. É um serviço que eu gosto de fazer. Não exige muito... É um serviço que não precisa muito... Se você vai trabalhar em um escritório, tem um certo padrão, você tem que estar bem arrumado. Não que a gente não esteja limpo. A gente pode suar, pode sentar numa pedra normal. Você não precisa se preocupar muito com a aparência. É onde tenho meus amigos e onde me dou tri bem com eles (MDM).

Nesse testemunho, MDM gosta do trabalho de arrumador por ser o local de invisibilidade. Não há compromisso com as aparências e onde todos são iguais. De certa forma não haverá discriminação, lugar onde ele se sente bem.

O segundo caso, em que a discriminação interior da família também interferiu de sobremaneira na expectativa de ascensão social na vida de MS, porém de maneira diferenciada do caso anterior.

O pai de MS, composta pelo pai, negro, natural do Alegrete, veio como ferroviário e jogador de futebol para o município de Rio Grande. Ainda em Alegrete, completou o Ensino Fundamental e ingressou em uma ocupação valorizada no meio

urbano. Em Rio Grande, casa-se com a mãe de MS, que é branca e estudou até a 4ª. Série primária, mesmo sendo dona de casa.

MS e mais dois irmãos formam a segunda geração, nascidos em Rio Grande. A irmã fez o Ensino Fundamental e é empregada doméstica. O irmão continua estudando, não trabalha e está fazendo o Ensino Médio. MS terminou o Ensino Fundamental, começou a trabalhar com 13 anos como ajudante de carga e descarga em obras, também foi servente de pedreiro. Trabalhou na indústria de pescado, em Rio Grande. Além disso, em 2004, foi para Pelotas, trabalhou na reciclagem como catador e depois fixou-se como arrumador. É desquitado e sua ex-companheira é dona de casa.

Possui apenas um filho do ex-casamento, que conta agora com 19 anos, está estudando no Ensino Médio e não trabalha.

A trajetória de MS diferencia-se dos demais tipos de trajetórias observadas para os arrumadores. O pai tinha o emprego de ferroviário e jogava futebol. Na época, a profissão de ferroviário, como a de portuário, tinha um grande prestígio social. Já ser jogador de futebol, apesar de ainda no período não apresentar grande prestígio, inseria o pai de MS nas agremiações mutualistas e nos clubes negros que formavam a rede de inserção do negro no mercado de trabalho.

Cabe ressaltar que o pai é negro e a mãe branca. O pai nunca foi aceito pela família da mãe. A discriminação familiar fica clara no depoimento, conforme o trecho a seguir:

Com certeza [*em referência a ter recebido algum tipo de discriminação*]. Isso a gente se depara todo dia. Inclusive na família, porque o fato da minha mãe ser mais clara... o fato da minha mãe ser branca. Minha mãe é branca, né. Tinha aquele troço, meu tio, meu avô, naquela época, que era bem mais rígido que agora. Pô, casaste com negro, coisa e tal, na família, dentro do troço. Então, ele sofreu, inclusive diversas vezes. Ele conversou comigo sobre isso, dentro da família, ser discriminado pelo meu vô. Eu, inclusive, eu presenciei meu tio, ele era até moço, então nós tomamos café na casa da minha mãe, e ele disse que comigo não sentava na mesma mesa. Até hoje, não acabou o preconceito (MS).

MS não conseguiu reverter a situação inicial do pai, principalmente pela desestruturação familiar, saiu cedo de casa. Tem pouco estudo e foi trabalhar em Rio Grande, nas fábricas de peixe, como cortador. Apesar de trabalhar em uma “fábrica”, não se compara a um operário, pois é um trabalho precário, onde os trabalhadores são avulsos e sem os direitos trabalhistas. As indústrias de peixe contratam por dia, porque dependem da safra de peixes, que é muito inconstante, além de variar muito de embarcação para embarcação (MARTINS, 2006). Isso se confirma no caso de MS, porque ele afirma que trabalhou em todas as fábricas de peixe de Rio Grande: Torquarto

Pontes, Pescal, Pesqueira Nacional e Albano Oliveira. Nesse sentido, o trabalho é precário porque a irregularidade justifica a falta de carteira assinada.

A ida para Pelotas dá continuidade à precariedade de sua situação, já que vai ser catador no setor de reciclados, até que entra na rede dos Arrumadores.

Para concluir os dois casos em que o casamento interracial resultou na adscrição, há semelhanças nessas trajetórias em razão da baixa estima gerada pelos conflitos familiares. De um lado a herança do capital social herdado é bloqueada, já que não há identificação do indivíduo como os valores familiares. Por outro lado, a rede dos Arrumadores apresenta-se como o local de iguais e onde sua cor vai ser invisibilizada, local de segurança contra a discriminação. A ponto de, na fala de MDS, identificar o Sindicato como quase sua família, já que a sua verdadeira família não oferece um convívio tranquila. Já MS deixa clara a interferência da discriminação na desestruturação da família.

Por fim, o terceiro caso, é a trajetória de JLO, 37 anos. A primeira geração de sua família, composta por seus pais, é natural de Pelotas. O pai era analfabeto e trabalhava como pedreiro e a mãe doméstica, era semianalfabeta.

A segunda geração é formada por seis irmãos. Todos concluíram o Ensino Fundamental e três fizeram curso técnico. Já JLO é um dos que concluiu apenas o Fundamental. Começou a trabalhar com 13 anos, inicialmente como servente de obras. Trabalhou também no engenho de arroz, depois em instalação hidráulica, além de trabalhar como pintor e ajudante de carpetista. A última atividade, antes de virar arrumador, foi a de porteiro, trabalho que gostava, mas foi demitido por questões discriminatórias. Como pode ser observada na sua fala:

Tive duas experiências como porteiro. Uma foi até boa, e a outra, por discriminação racial, ou por uma discriminação camuflada, acabei perdendo o emprego (JLO).

Só iniciou como carregador por falta de opção, como deixa claro em seu depoimento:

Por ter sido demitido e não ter conseguido uma outra oportunidade de trabalho, prá não deixar minha família passar necessidade, acabei vindo trabalhar no Sindicato dos Arrumadores (JLO).

E mesmo ganhando mais que porteiro, não gosta de trabalho manual e de carga. A sua esposa é agente comunitária de saúde e tem o Ensino Médio completo.

Já a terceira geração é constituída por um filho de 16, que atualmente cursa o Ensino Médio.

A trajetória de JLO estaria neste terceiro tipo de trajetórias observadas para os Arrumadores, pois ele e os pais são naturais do meio urbano. Ele tenta reconverter a situação inicial de seus pais, mas fica claro que a discriminação racial impediu que JLO atuasse em uma atividade do setor de serviço, que não utiliza grande esforço físico, restando a atividade de arrumador como a última saída para garantia da sua sobrevivência. É importante salientar que o filho, apesar de já estar com 16 anos, só estuda. JLO não quer que a sua trajetória se repita com o filho.

As declarações de JLO mostram que a discriminação racial o levou para a rede de arrumadores. A profissão de porteiro visibilizava a sua cor e devido ao preconceito racial teve impedido a continuidade do trabalho que mais gostava. Sem uma perspectiva de continuar nesta profissão, ele entra na rede e se torna invisível dentro de uma profissão possível para sua cor. Para que haja a reconversão de capitais sociais, que garanta a reclassificação dos indivíduos, dentro da classe, é necessário que ele se insira em uma rede de prestígio. Assim, por mais que JLO tende a entrar em outras redes, a cor da pele, ou a marca, o reconduz para a rede social possível, que é a dos Arrumadores.

#### **4. Conclusão**

Ao analisar os três tipos de trajetórias, pode-se concluir que, apesar das diferenças em termos de caminhos, formas de mobilidade e mesmo formas de reconversão de capitais herdados, existe um ponto em comum: a relação desses trabalhadores com a rede de Arrumadores vinculada à indústria arroseira. Em quase todos os exemplos, a rede entra na vida desses trabalhadores em momentos de inflexão, de dificuldade em conseguir reconverter os capitais sociais herdados e transformá-los em mobilidade social ascendente.

Nesse sentido, a rede dos Arrumadores/indústria arroseira garante a proteção nos momentos de perigo, falta de perspectiva de trabalho, ou reconhecimento igual nos casos em que a discriminação opera sobre a vida do indivíduo. Ao mesmo tempo, ela recoloca esses mesmos indivíduos na invisibilidade social do trabalho precário, desvalorizado e sem perspectiva de mobilidade social ascendente. De certa maneira, garante que esses trabalhadores continuem trilhando a mesma trajetória sem que haja possibilidades de mudanças, nem verticais ascendentes, como também as transversais,

já que as possibilidades de mudança de campo a partir das reconversões ficam inviabilizadas a partir do momento que esses arrumadores se incorporam à rede.

O conceito de rede aqui utilizado é o mesmo que Mayer (1987) usa na discussão de rede e quase grupos, em que o autor trabalha com as possibilidades reais e não as virtuais do indivíduo acessar as oportunidades geradas pelas relações de interação com outro indivíduo ou associação. Esse conceito parte de um conjunto-de-ação, ou de possibilidades efetivamente empregadas pelos indivíduos. Assim, a rede está mais voltada para resolver problemas relacionados aos recursos materiais substanciais.

Ao analisar a rede Arrumadores/indústria arroseira a partir dos depoimentos, pode-se concluir que, no limite, as suas conexões não ultrapassam as possibilidades do trabalho precarizado, como também não criam condições para uma mobilidade ascendente de seus membros e, de certa maneira, não cria possibilidades de reconversão dos capitais sociais, econômicos e culturais herdados por esses trabalhadores.

Na análise das trajetórias dos Arrumadores de Pelotas, surgiram três tipos recorrentes de trajetórias de vida. Apesar das diferenças em termos de caminhos, formas de mobilidade e mesmo formas de reconversão de capitais herdados, existe um ponto em comum entre eles: a relação desses trabalhadores com a rede de Arrumadores vinculada à indústria arroseira. Em quase todos os exemplos, a rede entra na vida desses trabalhadores em momentos de inflexão, de dificuldade em conseguir reconverter os capitais sociais herdados e transformá-los em mobilidade social ascendente.

Nesse sentido, a rede garante a proteção nos momentos de perigo, falta de perspectiva de trabalho, ou reconhecimento como igual nos casos em que a discriminação opera sobre a vida do indivíduo. Mas, ao mesmo tempo, ela recoloca esses mesmos indivíduos na invisibilidade social do trabalho precário, desvalorizado e sem perspectiva de mobilidade social ascendente. De certa maneira, garante que esses trabalhadores continuem trilhando a mesma trajetória, dentro de conjuntos-de-ação limitados, sem que haja muitas possibilidades de mudanças, sejam verticais ascendentes, sejam as transversais, já que as possibilidades de mudança de campo a partir das reconversões ficam inviabilizadas a partir do momento que esses arrumadores se incorporam na rede.

O problema da decadência do prestígio dessa categoria deu-se com as transformações do mundo do trabalho, ocorridas a partir da modernização do Porto de Rio Grande e a quase desativação do Porto de Pelotas. Essa categoria desqualificada e com um grande número de trabalhadores negros irá sentir, além da queda de prestígio,

os efeitos da precarização: a falta de direitos, terceirização, precárias condições de trabalho e a impossibilidade de uma mobilidade ascendente a partir de determinado patamar da sociedade. Assim, ser negro, em Pelotas, significa estar associado a um tipo determinado de trabalho. Além disso, os efeitos perversos do processo de modernização do trabalho portuário foram sentidos com maior intensidade pelos trabalhadores negros de Pelotas.

Em termos de trajetória de vida, a rede utilizada por esses trabalhadores possibilitará não mais do que a manutenção da situação precária, pois a rede, enquanto possibilidade real de contatos, não cria possibilidades diferentes daquela que reproduz o trabalho desqualificado, manual, recolocando os seus filiados, que são negros, no patamar inferior da sociedade. A rede Arrumadores/indústria arroseira, por fazer a relação intrínseca entre a cidade e o campo e pela forma pessoal da gestão da mão de obra, acaba por limitar as possibilidades de mobilidades dos seus participantes, reproduz as hierarquias sociais do passado dentro do processo de modernização das sociedades capitalista periféricas, já apontadas por Florestan Fernandes (1965). De certa forma, a rede aloca o negro para o trabalho bruto e, na perspectiva de uma sociedade que mantém a adscrição, no seu lugar social. Conforme as análises das trajetórias dos Arrumadores de Pelotas, ao entrar na rede, o trabalhador não tem em vista uma perspectiva de ascensão social, deixa de investir nos capitais herdados pela geração anterior e conforma-se com a perspectiva de trabalho desqualificado e vinculado ao esforço físico. Reafirmando as dificuldades de reconversão de capital social apontadas para o Rio Grande do Sul.

## REFERÊNCIAS

BARCELLOS, D. M. *Família e ascensão social de negros em Porto Alegre*. Rio de Janeiro: UFRJ. Tese de doutorado em Antropologia Social, 1996.

BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, Zouk, 2007.

CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. *The American Journal of Sociology*, v.94, p.95-S120, 1988.

- FERNANDES, F. *Integração do Negro na sociedade de classes*. São Paulo: Editora Nacional, vol. I e II, 1965.
- GILL, L. A.; LONER, B. A. *Os clubes carnavalescos negros de Pelotas (RS)*. In: 3º Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil meridional. Florianópolis, 2007. Endereço eletrônico: [www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/37.37.pdf](http://www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/37.37.pdf).
- HASENBALG, C. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.
- LONER, B.A. *Mobilização e Organização em Pelotas: 1888-1937*. Porto Alegre: UFRGS. Tese de doutorado em Sociologia. 1999.
- MARTINS, C. A. Á. *Indústria da pesca no Brasil: o uso do território por empresas de enlatamento de pescado*. Florianópolis: UFSC. Tese de doutorado em Geografia, 2006.
- MAYER, A. C. *A importância dos “quase-grupos” no estudo das sociedades complexas*. In: Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos. São Paulo: Global, 1987.
- OSÓRIO, R. G. *O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE*. Texto para discussão nº. 996. Brasília: IPEA, 2003.
- PAOLI, M. C. P. M. *Desenvolvimento e marginalidade: um estudo de caso*. São Paulo, Pioneira, 1974.
- SPOLLE, M. V. *A mobilidade social dos negros no Rio Grande do Sul: os efeitos da discriminação racial nas trajetórias de vida*. Porto Alegre: UFRGS. Tese de doutorado em sociologia, 2010.
- SUPERINTENDÊNCIA DE PORTOS E HIDROVIAS (SPH). Disponível em: <http://www.sph.rs.gov.br/sph2005/portopelotas/historico.php>.